

UM honroso convite dos respectivos Governos, levou-me por quase três semanas à República de Moçambique e à República da África do Sul. No caso da República de Moçambique, acrescenta o aspecto sentimental de poder rever dois antigos colegas de trabalho: o Presidente Chissano e o ministro Pascoal Mocumbi, homens que sempre conheci de convicções sólidas, numa profunda sensibilidade humanística, de nobres ideais e de um grande amor à sua pátria.

É assim que vejo Moçambique a avançar pelos caminhos do pluripartidarismo, das reformas democráticas, da liberalização da economia. Trata-se de um esforço que tem de ser fortemente apoiado pela comunidade internacional, numa solidariedade que se devota ao povo moçambicano.

Não há qualquer justificação, agora, para que a guerra civil continue. O movimento rebelde, porque se estão a estabelecer condições de pluralismo, tem a obrigação moral, patriótica e ética de acelerar e consumir a paz.

Obviamente que Portugal não foi tentado a intervir tão decisivamente neste problema, como no prestigioso e bem sucedido caso angolano, mas há um certo que não hesitará, de futuro, a fazer tudo o que, ao nosso juízo, o Estado moçambicano soberanamente requer.

É porque cooperação não é apenas linguagem de retórica, levei comigo alguns empresários da Madeira e quarenta empresários portugueses radicados na vizinha África do Sul.

A África Austral é um espaço geoeconómico que deve racionalmente ser considerado como um todo. E vi qual entendimento inteligente das autoridades moçambicanas, na matéria, a quem não interessa qualquer descalabro maior nesta área do mundo.

OS mais adequados potenciais investidores futuros em Moçambique são, de facto, aqueles que já se encontram na região. E, satisfeito, assisti já à fixação naquele país, do começo de boas iniciativas.

Apreço que os empresários terão de compreender que, por definição e por necessidade do processo ser conduzido pacificamente e em estabilidade político-social, as reformas terão de assumir um carácter de gradualismo, e de satisfação de pretensões imediatas, por mais legítimas que estas sejam.

Por outro lado, a Europa, e principalmente a Comunidade Económica Europeia, terão de se capacitar, de uma vez por todas, que os esforços de cooperação com os países soberanos da África Austral, nos darão aquele espaço necessário de actividades económicas legítimas, as quais permitirão contrabalançar o peso dos Estados Unidos com a sua normal área de influência que é o continente americano.

É porque os Estados Unidos também percebem isto, a diplomacia europeia, em relação aos nossos imprescindíveis aliados, deve estar muito atenta ao sentido de impedir acções que possam criar uma situação africana.

Impunha-se, portanto, na República da África do Sul contactar todas as principais correntes políticas e, sobretudo, dialogar com uma comunidade portuguesa extremamente preocupada, paradoxalmente muito através de notícias exageradas e sensacionalistas que, junto das respectivas fábulas, se fabricam aqui em Portugal.

Corri todas as principais cidades, procurei todos os movimentos políticos mais destacados, num contra-relatório de aviação, locais e encontros. Mas não que, do lado de cá, também neste um prazer sádico de alguns, em quererem complicar as coisas.

Um certo surto de criminalidade,

■ A África Austral é um espaço geoeconómico que deve racionalmente ser considerado como um todo.

OPINIÃO



CONTRA-SISTEMA

Alberto João Jardim

ÁFRICA

O Diabo
11/6/91

■ Não há qualquer possibilidade, assim, de uma repetição de Angola ou Moçambique 74/75, embora se tenha de reconhecer que o processo não será isento de muitas dificuldades.

não pode ser caracterizado como «político». A idiotice das sanções causou o desemprego de à volta de quarenta por cento da população activa, levando os pobres e o proletariado sul-africano, pouco mexendo com os mais possidentes.

E é desonesto pretender que as reformas necessárias se possam fazer num clima de instabilidade social, derivado das carências dos mais desfavorecidos, impostas do exterior.

Mas a verdade é que a criminalidade não será sensivelmente superior à de outros grandes espaços nacionais, como por exemplo os Estados Unidos ou o Brasil. Só que é moda se falar desta e lá aplicar indevidamente um rótulo «político».

reconhecem ser a sobrevivência do aparelho produtivo da África do Sul, numa base indispensável ao desenvolvimento socioeconómico na geopotência da região.

O próprio Dr. Mandela me afirmou uma visão pragmática no seu conceito político de nacionalizações, bem como me foi muito claro quanto à pequena e média propriedade que caracteriza a presença portuguesa. Por outro lado, o encontro acertado futuramente com a comunidade portuguesa, para uma conversa «olhos nos olhos», certamente que derrubará muitas dúvidas e complexos.

Em terceiro lugar, o poder político está dentro da própria África do Sul, e não fora do país como o diferente poder comunista de Lisboa em 74/75. Ouvi o Presidente De Klerk confirmar uma nova futura Constituição democrática para a África do Sul, mas assente nos direitos, liberdades e garantias individuais para todos sem excepção, maiorias ou minorias. Fi-

cou-me no ouvido, a frase «We don't surrender».

ALIÁS, há uma diversidade de forças políticas, incluindo uma perigosíssima extrema-direita que pode deitar tudo à perder e um partido comunista que prejudica a ligação do ANC enquanto se mantiver numa frente com este.

É errado conceber qualquer força política hegemónica na África do Sul. O pluralismo é a única possibilidade realista e ouvi, quer o Inkata quer o Dr. Mandela, admitirem a possibilidade de participar em coligações, não agora, mas no momento em que considerarem verificadas as condições que respectivamente exigem ver preenchidas.

Em quarto lugar, não há qualquer comparação possível entre as Forças Armadas sul-africanas actuais e a tropa que Portugal tinha em 74/75. Para além de que as diferenças de meios são uma realidade, como os militares sul-africanos estão no seu país, enquanto os portugueses batiam-se longe, em territórios coloniais.

Não há qualquer possibilidade, assim, de uma repetição de Angola ou Moçambique 74/75, embora se tenha de reconhecer que o processo não será isento de muitas dificuldades.

Mas a África do Sul é um conjunto de diferenças, inclusive dentro de cada raça. O direito à diferença é hoje uma indiscutível componente dos Direitos Humanos. Daí que os princípios da descentralização política do território na unidade nacional — olhando-se com interesse as regiões autónomas portuguesas ou o federalismo —, bem como o voto proporcional, sejam hoje consideradas atentamente por várias instâncias políticas (inclusive o partido Inkata).

Aliás, a questão da descentralização política no quadro da unidade nacional, é também analisada pelas autoridades moçambicanas.

Assim, e em suma, creio que a comunidade portuguesa na África do Sul não deve embarcar em pânico artificiais, embora deva acautelar, diversificadamente no espaço, os seus interesses económicos. Não deve abandonar aquilo que construiu.

NÃO se trata de Portugal «não querer receber» o quase milhão de portugueses que lá estão. Trata-se de ser politicamente honesto e não demagógico, e de ter a coragem de dizer que ninguém se deve mudar precipitadamente, sem saber se tem uma casa onde morar ou um emprego para trabalhar.

E, por outro lado, os portugueses, conforme as respectivas convicções pessoais, devem participar activamente nos vários quadrantes políticos sul-africanos. Não é ficando isolados a cantar o faduncho, a beber vinho e a cremar saudades, entregando a outros

a representação dos interesses, que se acautelam os nossos legítimos direitos. Regressei com fé em Moçambique e nos seus líderes políticos.

Regressei com fé no futuro da nova África do Sul, essencial para a construção e desenvolvimento de um grande espaço económico com os países da África Austral.

Para além da notável experiência e sagacidade de um Pik Botha. De Klerk, Mandela e Buthelezi, são três personalidades fascinantes. Obviamente que com convicções políticas diferentes. Mas, sendo o patriotismo e o espírito de reforma o seu denominador comum, oxalá o mundo os veja entenderem-se quanto ao essencial.

Porque a necessidade de tal, afinal, é do mundo todo. ■

■ A comunidade portuguesa na África do Sul não deve embarcar em pânico artificiais, embora deva acautelar, diversificadamente no espaço, os seus interesses económicos. Não deve abandonar aquilo que construiu.

POST-SCRIPTUM — O venerando Chefe do Estado não resiste. Este cheirinho a pólvora que é o aproximar de eleições, implica cromossomáticamente com o político que se reconhece ele ser. Mas esta da Comunicação Social é um espalhanço que não esperava do talento do Dr. Soares. Porque?

Primeiro, pelas muitas culpas no cartório que tem nesta matéria. Segundo, porque foi descaradamente eleitoralista na mal disfarçada tentativa de culpabilizar os social-democratas.

Terceiro, porque o Presidente da República não se deve juntar ao tipo de manobrista que vai aparecer por aí, não poupando pessoas, e com a imprensa a recorrer a um vale tudo calunioso, pois a obra dos últimos cinco anos não pode ser posta em causa. Mas já se sabe que, terceiro e finalmente, em Portugal, no período de eleições, é tristemente assim...

Quarto, porque o Dr. Mário Soares não deve perturbar os planos de carpintaria do Dr. Sampaio para o portão de S. Bento.

O portão de S. Bento constitui uma transcendente missão de Estado que absorve por completo o Dr. Sampaio, e que não deve ser perturbado por quem não percebe nada de carpintaria. Pedreiros-livres são pedreiros-livres. Carpinteiros são carpinteiros.

E que se for preciso um troloha para ajudar a obra de carpintaria do Dr. Sampaio, no portão de S. Bento, já está à mão o Prof. Freitas que é tão colaboracionista. ■

POST-SCRIPTUM DOIS — Oh leitor! Não acha curioso que, no mesmo dia, o sócio-comuna «O Jornal», mais o direitinho «O Independente», se juntem numa cruzada contra o mesmo membro do Governo da República? E sem já dar tempo, por causa das férias judiciais, que a verdade seja reposta nos tribunais, antes das eleições?...

Atenção. Daqui por diante, em certa comunicação social, vai ser um «fartar vilanagem».

Antes de se a ler, é preciso primeiro saber o que está por detrás dela e quem a paga. ■

